

A formação inicial de professores e a Lei Lucas: análise da estrutura curricular dos cursos de pedagogia e licenciaturas e a disciplina de primeiros socorros

Initial teacher education and the Lucas Act: an analysis of the curricular structure of pedagogy and teaching degree programs and the first aid course

La formación inicial del profesorado y la Ley Lucas: análisis de la estructura curricular de los estudios de pedagogía y de licenciatura, y de la asignatura de primeros auxilios

DOI: 10.54901/educa.v9-634

Wagner de Aguiar Raupp¹
Prof. Dr. Robson Aly Garay Pardo²
Gustavo Suzigan de Melo³
Prof^a. Me. Fernanda Vianna Vacilotto Raupp⁴
Prof^a. Dr^a. Arali Aparecida da Costa Araujo⁵

RESUMO: A promulgação da Lei Federal nº 13.722/2018, conhecida como Lei Lucas, evidenciou a necessidade de capacitação em primeiros socorros no ambiente escolar, ao mesmo tempo em que revelou lacunas na formação inicial de professores no Brasil. Nesse contexto, a presente pesquisa tem como objetivo analisar a presença da disciplina de primeiros socorros nos currículos dos cursos de Pedagogia e licenciaturas das principais instituições de ensino superior do país, verificando o alinhamento entre a formação docente e as exigências legais. Metodologicamente, trata-se de um estudo descritivo e documental, baseado na análise das matrizes curriculares de 150 instituições (faculdades, centros universitários e universidades), selecionadas a partir de dados do portal e-MEC. Os dados foram coletados nos sites oficiais das instituições e sistematizados em planilha eletrônica para análise quantitativa. Os resultados demonstram que a oferta da disciplina de primeiros socorros é significativamente limitada, estando presente majoritariamente apenas nos cursos de Educação Física, enquanto as demais licenciaturas apresentam ausência quase total desse conteúdo. Conclui-se que há um descompasso entre a legislação vigente e a formação inicial docente, o que reforça a necessidade de reformulações curriculares e da definição de diretrizes nacionais que garantam a inserção sistemática dessa temática, contribuindo para a formação de professores mais preparados para atuar em situações de emergência no contexto escolar.

Palavras-chave: formação docente; Lei Lucas; primeiros socorros; currículo; educação básica.

¹ Doutorando em Saúde Pública, Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Ituiutaba, Minas Gerais, Brasil. E-mail: wagner.raupp@uemg.br

² Doutor em Saúde Pública, Universidad de Ciencias Empresariales y Sociales (UCES), Buenos Aires, Argentina. E-mail: julian1a@hotmail.com

³ Graduando em Educação Física, Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Ituiutaba, Minas Gerais, Brasil. E-mail: gustavo.1599396@discente.uemg.br

⁴ Mestre em Patologia, Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Ituiutaba, Minas Gerais, Brasil. E-mail: fvvacilotto@yahoo.com.br

⁵ Doutora em Ciências, Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG), Ituiutaba, Minas Gerais, Brasil. E-mail: arali.costa@uemg.br

1 INTRODUÇÃO

A Lei Federal nº 13.722/2018, conhecida como Lei Lucas, foi criada em memória de Lucas Begalli Zamora, uma criança que faleceu em 2017 devido a um engasgo durante um passeio escolar. Este trágico episódio mobilizou a sociedade e impulsionou a aprovação de uma legislação que estabelece a obrigatoriedade de capacitação em noções básicas de primeiros socorros para professores e funcionários de instituições de ensino públicas e privadas em todo o Brasil (Brasil, 2018). A lei tem como objetivo principal promover uma cultura de prevenção e preparar os profissionais da educação para lidar com emergências que possam comprometer a vida e a segurança dos estudantes.

Diversos estudos apontam que a implementação da Lei Lucas ocorre majoritariamente por meio de programas de educação continuada. Isso se dá pela necessidade de capacitação dos profissionais já atuantes nas escolas. No entanto, desafios como a falta de recursos, o despreparo técnico e o baixo incentivo por parte das instituições dificultam a consolidação efetiva da lei no cotidiano escolar, “...o que reforça a importância de integrar essa temática nos processos formativos (Mello; Souza, 2020).”

Por outro lado, a formação inicial de professores no Brasil apresenta uma lacuna significativa no que diz respeito à qualificação em primeiros socorros. Apesar de seu papel essencial na preparação de futuros educadores, “...os currículos das licenciaturas raramente incluem conteúdos sobre primeiros socorros (Maciel *et al.*, 2021).” Essa ausência reflete um descompasso entre as demandas legais e as competências formadas na universidade, evidenciando a necessidade de reformulações curriculares que garantam aos professores conhecimentos básicos em prevenção de acidentes e gestão de emergências desde sua formação inicial.

Diante disso, esta pesquisa tem como objetivo identificar quais os cursos de licenciatura e pedagogia de algumas instituições de ensino superior do Brasil possuem, em suas matrizes curriculares vigentes, a disciplina de primeiros socorros ou outra disciplina análoga. Ao investigar esta questão, busca-se contribuir para a compreensão do alinhamento entre a formação inicial docente e as exigências da Lei Lucas, além de subsidiar propostas para o aprimoramento da formação de professores em consonância com as demandas legais e práticas escolares.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A educação, compreendida como processo formativo, pode ser subdividida em formação inicial e formação continuada. No contexto da formação de professores, a formação inicial está relacionada aos cursos de graduação em Pedagogia e às licenciaturas. Essa etapa é organizada de acordo com as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs) estabelecidas pelo Ministério da Educação (MEC), com o objetivo de assegurar à sociedade que o profissional licenciado possua a formação mínima necessária para o exercício da docência (BRASIL, 2019).

Por sua vez, a formação continuada é um campo mais amplo e nem sempre plenamente regulado, abrangendo desde cursos livres, muitas vezes desprovidos de regulamentação e diretrizes orientadora, até os cursos de pós-graduação lato sensu e stricto sensu, que, diferentemente, seguem regulamentação específica do MEC (Brasil, 2018).

No que tange à Lei Lucas (Lei Federal nº 13.722/2018), todo professor e funcionário de estabelecimento de ensino deve ser capacitado em noções básicas de primeiros socorros. A partir da vigência dessa norma, diversas instituições passaram a ofertar formações complementares e treinamentos específicos voltados à prevenção de acidentes e à segurança no ambiente escolar (Brasil, 2018).

A formação inicial de professores, enquanto etapa estruturante do desenvolvimento profissional docente, não se restringe à aquisição de conteúdos disciplinares. Ela deve promover uma articulação entre teoria, prática e reflexão crítica sobre a realidade educacional (Pimenta, 2019; Tardif, 2014). Nessa perspectiva, a formação inicial precisa ser compreendida como um processo de construção da identidade profissional, no qual o futuro professor se apropria de saberes pedagógicos, científicos e éticos necessários ao exercício da docência (Nóvoa, 2009).

Segundo Libâneo (2013), a docência deve ser concebida como uma prática social e intencional, mediada por valores e finalidades educativas, o que exige do professor uma sólida base teórica e o desenvolvimento de competências didático-pedagógicas. Portanto, o papel das universidades e dos cursos de licenciatura é central para assegurar que o processo formativo proporcione experiências de estágio, práticas supervisionadas e momentos de reflexão coletiva sobre a ação docente (Gatti; Nunes, 2009).

Contudo, apesar dos avanços das políticas educacionais nas últimas décadas, persistem desafios significativos na implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais. Muitos cursos de licenciatura ainda apresentam fragilidades na integração entre os componentes curriculares e a realidade das escolas básicas (Gatti; Barretto, 2009). Além disso, há disparidades regionais na oferta de cursos, na infraestrutura institucional e nas condições de trabalho docente durante

a formação.

A superação desses entraves exige políticas públicas consistentes, que valorizem o magistério desde a formação inicial e garantam condições materiais e pedagógicas adequadas ao ensino. A formação de professores precisa, portanto, ser tratada como uma política de Estado, articulada à valorização da carreira docente, à pesquisa educacional e à melhoria da qualidade da educação básica (Imbernón, 2011).

Outro aspecto que merece destaque no debate sobre a formação inicial docente é a necessidade de inclusão da disciplina de primeiros socorros nos currículos dos cursos de Pedagogia e licenciaturas. Considerando que a Lei Lucas (Lei nº 13.722/2018) determina a obrigatoriedade da capacitação em noções básicas de primeiros socorros para professores e funcionários das instituições de ensino, compreende-se que esse processo formativo deve ser incorporado desde a formação inicial dos futuros educadores (Brasil, 2018). Essa medida contribuiria para a formação de um profissional mais preparado para lidar com emergências no ambiente escolar, promovendo uma cultura de prevenção e segurança.

A inserção desse conteúdo nos currículos deve, portanto, ser entendida não como um componente acessório, mas como uma dimensão formativa essencial, articulada à formação cidadã e ao papel social da escola. A adoção de módulos teórico-práticos, desenvolvidos em parceria com profissionais da área da saúde, pode garantir maior efetividade no processo de aprendizagem, conforme aponta conforme aponta Fazenda (2011), que defende interdisciplinaridade como princípio formador na educação básica e superior.

3 METODOLOGIA

Esta pesquisa foi desenvolvida a partir de uma abordagem descritiva e documental, com o objetivo de identificar a presença da disciplina de Primeiros Socorros nos cursos de Pedagogia e licenciaturas ofertados por instituições de ensino superior brasileiras.

Inicialmente, foi realizada uma consulta ao portal e-MEC, a fim de identificar as 50 melhores faculdades, os 50 melhores centros universitários e as 50 melhores universidades do Brasil, de acordo com os indicadores oficiais de avaliação institucional.

Em seguida buscou -se informações específicas sobre os currículos vigentes dos cursos de Pedagogia e demais licenciaturas. Cada matriz curricular foi analisada quanto à existência explícita da disciplina de Primeiros Socorros ou de componentes curriculares que abordassem conteúdos relacionados à temática.

Os dados coletados foram sistematizados e organizados em uma planilha eletrônica

(Microsoft Excel), possibilitando a tabulação e análise quantitativa dos resultados. A partir dessa sistematização, foram elaboradas as tabelas apresentadas nas seções seguintes, que sintetizam a distribuição da presença (ou ausência) da disciplina nas diferentes instituições analisadas.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tabela 1A - Faculdades que possuem a disciplina de primeiros socorros em cursos de licenciatura

Resposta	Quantidade	%
Possuí a disciplina	14	28%
Não possuí a disciplina	36	72%
Total	50	100%

Fonte: Coleta de dados dos próprios autores (2024/2025)

Tabela 1B - Cursos que possuem a disciplina

Resposta	Quantidade	%
Educação Física	14	100%
Outros	0	0%
Total	14	100%

Fonte: Coleta de dados dos próprios autores (2024/2025)

Tabela 2A - Centros Universitários que possuem a disciplina de primeiros socorros em cursos de licenciatura

Resposta	Quantidade	%
Possuí a disciplina	14	28%
Não possuí a disciplina	36	72%
Total	50	100%

Fonte: Coleta de dados dos próprios autores (2024/2025)

Tabela 2B - Cursos que possuem a disciplina

Resposta	Quantidade	%
Educação Física	14	100%
Outros	0	0%
Total	14	100%

Fonte: Coleta de dados dos próprios autores (2024/2025)

Tabela 3A - Universidades que possuem a disciplina de primeiros socorros em cursos de licenciatura

Resposta	Quantidade	%
Possuí a disciplina	31	62%
Não possuí a disciplina	19	38%
Total	50	100%

Fonte: Coleta de dados dos próprios autores (2024/2025)

Tabela 3B - Cursos que possuem a disciplina

Resposta	Quantidade	%
Educação Física	31	100%
Outros	0	0%
Total	31	100%

Fonte: Coleta de dados dos próprios autores (2024/2025)

Os resultados obtidos nesta pesquisa indicam que, com exceção dos cursos de Licenciatura em Educação Física, as demais áreas de formação docente não ofertam a disciplina de Primeiros Socorros em seus currículos. Esse fato é compreendido como um equívoco dos colegiados de curso e dos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs), uma vez que a Lei Lucas (Lei nº 13.722/2018) estabelece a obrigatoriedade da capacitação de professores e funcionários escolares em noções básicas de primeiros socorros.

Diante dessa lacuna, considera-se imprescindível um posicionamento oficial do Ministério da Educação (MEC), com vistas à definição de diretrizes nacionais que tornem obrigatória a inclusão dessa disciplina nos cursos de Pedagogia e nas demais licenciaturas. Tal medida garantiria o cumprimento da legislação e contribuiria para a formação integral e cidadã dos futuros professores, durante o processo de formação inicial, promovendo segurança, responsabilidade e preparo técnico no ambiente escolar e facilitando o processo de educação continuada.

Com o objetivo de orientar os NDEs e os colegiados de curso na implementação dessa formação, apresenta-se a seguir uma proposta de ementa e conteúdos programáticos para a disciplina de Primeiros Socorros, elaborada com base em referenciais teóricos da área de urgência e emergência, bem como nas recomendações de entidades de saúde e segurança escolar. Proposta de Ementa e Estrutura Curricular.

Obs1.: Apresentamos uma sugestão de estrutura curricular. Cada NDE e colegiado deve julgar o mérito e adequar a sua realidade.

Obs2.: Com relação a formação do professor, sugerimos que seja um profissional da área da saúde devidamente habilitado, desejável possuir especialização e experiência previa em urgência/emergência e atendimento pré hospitalar. A disciplina de primeiros socorros, não deve ser tratada de forma leviana e irresponsável e a formação e habilidade do professor tem impacto direto na qualidade do processo de Ensino/aprendizagem.

Disciplina: Primeiros Socorros

Carga horária mínima: 36 horas (2 créditos)

Modalidade: Presencial (devido à necessidade de aulas práticas e simulações)

Ementa

A disciplina tem por objetivo capacitar o futuro professor nas técnicas de suporte básico de vida (SBV), promovendo o desenvolvimento do pensamento crítico-reflexivo e de habilidades práticas que possibilitem atuação segura na prevenção e intervenção diante de emergências em ambiente escolar. Busca-se desenvolver a proficiência técnica e a postura ética

necessárias para oferecer respostas imediatas a situações que possam ameaçar a vida e a integridade física de crianças e adolescentes.

Objetivos específicos

Compreender os fundamentos teóricos dos primeiros socorros e sua aplicabilidade no contexto escolar;

Desenvolver habilidades práticas em suporte básico de vida e controle de situações de urgência;

Promover a conscientização sobre segurança, prevenção de acidentes e responsabilidade docente;

Integrar conhecimentos interdisciplinares entre saúde, biologia, física e educação.

Conteúdos programáticos

1. Estudo epidemiológico das urgências;
2. Segurança do socorrista;
3. Morfofisiopatologia aplicada;
4. Emergências clínicas (desmaio, convulsão, engasgo, PCR, AVCs);
5. Trauma (queimaduras, fratura, entorce, luxação, hemorragias);
6. Emergências pediátricas;
7. Afogamento;
8. Animais peçonhentos;
9. Emergências psiquiátricas;
10. Aspectos emocionais da vítima e do socorrista;
11. Estudos de caso;
12. Oficinas práticas;
13. Simulações.

5 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo analisar a presença da disciplina de primeiros socorros nos currículos dos cursos de Pedagogia e licenciaturas das principais instituições de ensino superior do Brasil, verificando o alinhamento entre a formação inicial docente e as exigências estabelecidas pela Lei Federal nº 13.722/2018. Os resultados evidenciaram uma lacuna significativa nesse processo formativo, demonstrando que a oferta desse conteúdo é restrita, concentrando-se majoritariamente nos cursos de Educação Física, enquanto as demais licenciaturas apresentam ausência quase total da temática.

Esses achados revelam um evidente descompasso entre a legislação vigente e a estrutura curricular da formação inicial de professores, o que compromete a preparação adequada dos futuros docentes para atuarem em emergências no ambiente escolar. Tal cenário reforça a necessidade de revisão das matrizes curriculares, bem como da formulação de diretrizes nacionais mais claras e efetivas que assegurem a inserção sistemática dos primeiros socorros como componente formativo essencial.

Do ponto de vista teórico, o estudo contribui para o debate sobre a ampliação do conceito de formação docente, ao evidenciar a importância da integração entre saberes pedagógicos e competências voltadas à segurança e ao cuidado com a vida. No âmbito prático, os resultados indicam a urgência de ações institucionais e políticas públicas que promovam a inclusão dessa temática nos cursos de licenciatura, favorecendo a formação de profissionais mais preparados, responsáveis e capazes de responder adequadamente a situações de risco no contexto escolar.

Dessa forma, conclui-se que a incorporação dos primeiros socorros na formação inicial docente não deve ser tratada como um elemento complementar, mas como uma dimensão indispensável à qualidade da educação e à garantia da segurança no ambiente escolar, alinhando-se às demandas sociais contemporâneas e às exigências legais vigentes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019. **Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação)**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br>. Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 13.722, de 4 de outubro de 2018. **Torna obrigatória a capacitação em noções básicas de primeiros socorros de professores e funcionários de estabelecimentos de ensino públicos e privados de educação básica e de estabelecimentos de recreação infantil**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 5 out. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13722.htm. Acesso em: 24 nov. 2025.

BRASIL. Ministério da Educação. **e-MEC: sistema de regulação do ensino superior**. Brasília, DF: MEC, [s.d.]. Disponível em: <https://emec.mec.gov.br>. Acesso em: 24 nov. 2025.

FAZENDA, Ivani. **Interdisciplinaridade: história, teoria e pesquisa**. 18. ed. Campinas: Papirus, 2011.

GATTI, B. A.; BARRETTO, E. S. S. **Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

GATTI, B. A.; NUNES, M. M. R. **Formação de professores no Brasil: características e problemas**. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2009.

IMBERNÓN, F. **Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 120p.

LIBÂNEO, J. C. **Didática**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2013.

MACIEL, A.; MONTEBELLO, M.; DARÇ, T.; LIMA, R.; OLIVEIRA, S. Conhecimento de professores sobre primeiros socorros: revisão integrativa. **Revista Eletrônica Acervo Saúde**, São Paulo, v. 13, n. 6, p. e8461, 2021. DOI: 10.25248/reas.e8461.2021.

MELLO, F.; SOUZA, R. Desafios na implementação de políticas de saúde escolar: uma revisão integrativa. **Revista Brasileira de Educação em Saúde**, Cajazeiras, PB, v. 10, n. 1, p. 112–124, 2020. Disponível em: <https://www.gvaa.com.br/revista/index.php/REBES>. Acesso em: 24 nov. 2025.

NÓVOA, A. **Professores: imagens do futuro presente**. Lisboa: Educa, 2009. 95 p. Disponível em: <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/670>. Acesso em: 24 nov. 2025.

PIMENTA, S. G. **Formação de professores: identidade e saberes da docência**. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2019. 176 p.

TARDIF, M. **Saberes docentes e formação profissional**. 17. ed. Petrópolis: Vozes, 2014. 325 p.